



COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO

Senhora Presidente,
Senhores Ministros,
Senhora Procuradora-Geral.

Trago a presente Comunicação conforme diálogo mantido com V. Ex^{as}. em reunião que antecedeu a Sessão Plenária de 7 de julho, às 14h15, com a participação da Presidente, dos Ministros, dos Ministros-Substitutos, da Procuradora-Geral e do Secretário-Geral de Controle Externo, a respeito do TC 000.350/2021-4, de minha relatoria, oportunidade na qual informei sobre o andamento do referido processo no TCU e obtive o apoio de V. Ex^{as}. no sentido de que esta Casa deve se manifestar o mais rápido possível sobre os autos.

Na ocasião, foi demonstrada preocupação pelas autoridades desta Corte para que apreciação do processo pelo Plenário ocorra o mais breve possível ante a sua importância e relevância para o desenvolvimento do País.

Como se sabe, o TC 000.350/2021-4 trata de desestatização (DES) relacionado à licitação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para as autorizações de uso de radiofrequências nas faixas de 700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz associadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), também conhecido como serviço de telefonia móvel, destinadas à implementação de redes móveis de 5^a geração, ou seja, em tecnologia 5G.

Hoje retomo o assunto para informar que este Relator em reunião com os titulares da Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) e da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom), me foi apresentado cronograma para conclusão da instrução de mérito da matéria pela unidade técnica e consequente envio dos autos ao meu Gabinete.

A Secretaria-Geral de Controle Externo tratou do assunto com a SeinfraCom, que ponderou a dificuldade em concluir a instrução dos autos com a solicitada urgência tendo em vista que **apenas em 25/6/2021**, após diversas diligências e reuniões, a Anatel concluiu a remessa dos documentos e informações essenciais para a emissão de parecer pela secretaria. A cronologia do andamento do processo no TCU consta do Anexo II da presente Comunicação.

Assim, considerando a magnitude e a complexidade dos estudos a serem efetuados, acatei a proposta¹ da unidade técnica de antecipar em um mês e quatro dias o prazo para instrução de mérito previsto na IN-TCU 81/2018, marcando a data de 8/8/2021 para a remessa do processo concluso a este relator.

Ressalto, entretanto, que ficou acordado o envio de instruções preliminares ao meu gabinete tão logo etapas do trabalho sejam

¹ A entrega de documentos em 25/6 saneia as incompletudes detectadas nos estudos que haviam sido entregues em março e contém alterações efetuadas pela Anatel. Com isso, teve início em 28/6 a contagem de prazos estabelecida pela IN-TCU 81/2018. A norma estabelece o prazo de 75 dias (ou seja, até 11/9) para a conclusão dos trabalhos da Unidade Técnica. Contudo, em razão da antecipação de diversas análises e diligências, a SeinfraCOM utilizará prazo menor do que esse para a conclusão do relatório.



concluídas. Desse modo, darei imediato conhecimento desse material a V. Ex^{as} a fim de permitir o início das análises também pelos meus pares.

Este Relator, por sua vez, também reduziu o prazo que lhe é assegurado, de quinze dias, para dez dias.

Por fim, proponho a convocação de sessão extraordinária do Plenário às 10h do dia 18/8/2021 para apreciação definitiva do processo de desestatização do 5G, TC 000.350/2021-4.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 14 de julho de 2021.

RAIMUNDO CARREIRO

Ministro



Anexo I – Despacho do TC 000.350/2021-4 assinado em 14/7/2021

Processo: 000.350/2021-4

Natureza: Desestatização

Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações, Ministério das Comunicações

DESPACHO

Cuidam os autos de processo de desestatização (DES) relacionado à licitação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a conferência de autorizações de uso de radiofrequências nas faixas de 700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz associadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), também conhecido como serviço de telefonia móvel, destinadas à implementação de redes móveis de 5ª geração, ou seja, em tecnologia 5G.

2. Nesta ocasião os autos vêm a meu Gabinete para apreciação:

i) do requerimento à peça 155, de 26/5/2021, por meio do qual o Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Sindisat) solicita cópia da manifestação da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração - SeinfraCOM (peças 139-141); dos pronunciamentos emitidos afetos ao setor satelital; e dos pronunciamentos deste Relator e da unidade técnica já constantes dos autos; e

ii) pedido formulado pela SeinfraCOM para fixação de prazo de encaminhamento da sua instrução de mérito até o dia 8/8/2021.

3. Pois bem, quanto ao pedido de cópia formulado pelo Sindisat (peça 155), a SeinfraCOM assim se manifestou, *verbis* (peças 216 a 218):

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de pedido de vista do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Sindisat) a determinadas peças deste processo, conforme solicitação à peça 155.

2. *Este processo de desestatização tem por objeto a licitação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a conferência de autorizações de uso de radiofrequências nas faixas de 700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz associadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), destinadas à implementação de redes móveis em tecnologia 5G.*

3. *O Sindisat está devidamente qualificado como amicus curiae nos presentes autos, conforme deferido em despacho de 18/5/2021 do Ministro-Relator Raimundo Carreiro (peça 146). No citado despacho, além do deferimento de ingresso do sindicato como amigo da corte, decidiu-se que:*

c) nos termos do § 2º do art. 138 do CPC, esclarecer ao Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações que, na condição de amicus curiae, poderá juntar documentos e informações aos autos e fazer sustentação oral, mas sem obter vista e cópia do processo;

4. *Apesar dessa limitação estabelecida pelo Ministro-Relator, o solicitante, de modo a justificar o acesso a informações dos autos, pondera que:*

a) em Direito Público, a regra seria a ampla publicidade de informações, sendo o sigilo limitado às previsões legais específicas;

b) a Lei 12.527/2011, em seu art. 21, traria previsão taxativa de que não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais;

c) a Lei 8.906/1994, em seu art. 7º, inciso XV, garantiria ao advogado o direito de ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza;

d) a Resolução TCU 259/2014, em seu art. 62, estabeleceria o dever de o TCU conceder a advogados, ainda que não vinculados a processo previamente identificado, o acesso aos autos de forma automática, desde que demonstrado interesse apenas para fins de registro; e

e) o entendimento majoritário e consolidado do TCU

convergiria no mesmo sentido do amplo acesso à informação e da observância do princípio da publicidade.

5. *Com base nesses argumentos e para que, segundo o solicitante, possa exercer a plenitude das suas atribuições como amigo da corte, o Sindisat requer:*

- a) *acesso à manifestação da SeinfraCOM (peças 139-141) que deu os fundamentos ao Despacho do dia 18/5/2021, ainda que com tarjas de sigilo;*
- b) *autorização para que o Sindisat tenha acesso aos pronunciamentos emitidos pelo TCU afetos ao setor satelital, ainda que parcialmente tarjados, para fins do pleno exercício das atribuições que cabem ao amicus curiae; e*
- c) *acesso aos pronunciamentos da SeinfraCOM e do Ministro Relator já constantes dos autos.*

6. *No tocante ao pedido de vista das peças 139 a 141, entende-se cabível a sua concessão pelos seguintes argumentos.*

7. *O Despacho de 18/5/2021 do Ministro-Relator, apesar de desautorizar a obtenção de vista e cópia do processo, determinou que tal decisão monocrática fosse comunicada ao requerente. No entanto, considerando que o relator, no citado despacho, fundamentou-se, na sua decisão, pelos argumentos apresentados pela unidade técnica às peças 139 a 141, entende-se que tais pronunciamentos técnicos possam ser disponibilizados ao solicitante, em atendimento ao princípio da motivação dos atos administrativos, bem como do contraditório e ampla defesa.*

8. *Cabe destacar que em tais peças não constam informações sigilosas ou sensíveis, de modo que a disponibilização desses pronunciamentos específicos ao solicitante não traria riscos ao processo.*

9. *Com relação aos demais pedidos de vista, opina-se pelo seu indeferimento, considerando os limites da atuação do Sindisat estabelecidos no Despacho de 18/5/2021, que vedou a possibilidade de vista ao processo.*

10. *Além disso, entende-se que os argumentos apresentados pelo solicitante não teriam o condão de alterar tal limitação processual estabelecida, haja vista que os normativos citados, seja a Lei 12.527/2011 (art. 22), seja a Lei 8.906/1994 (art. 7º, inciso XIII), também consideram as hipóteses legais de sigilo das informações, como no caso aqui em análise.*

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

11. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) deferir o pedido de vista das peças 139, 140 e 141 ao Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite, em observância ao princípio da motivação dos atos administrativos, bem como ao princípio do contraditório e ampla defesa;

b) indeferir o pedido de vista a outros pronunciamentos emitidos pelo TCU neste processo, diante da vedação estabelecida no Despacho do Ministro-Relator de 18/5/2021; e

c) comunicar ao requerente a decisão que vier a ser proferida.”
(Grifos conforme original)

4. Em Despacho que proferi em 18/5/2021 (peça 146), deferi o ingresso do Sindisat como *amicus curiae* e informei-lhe, **expressamente**, a impossibilidade de obter cópia ou vista dos autos processuais:

“c) nos termos do § 2º do art. 138 do CPC, esclarecer ao Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações que, na condição de *amicus curiae*, poderá juntar documentos e informações aos autos e fazer sustentação oral, mas sem obter vista e cópia do processo; e”

5. Portanto, o pedido de cópia dos Despachos por mim proferidos e dos demais pronunciamentos da unidade técnica há de ser indeferido.

6. Contudo, **a cópia das peças 139, 140 e 141 pode ser deferida**, considerando que se trata da instrução da SeinfraCOM que fundamentou o deferimento do Sindisat como *amicus curiae* neste processo. Ademais, das referidas peças não constam informações sigilosas ou sensíveis.

7. Quanto ao pedido formulado pela SeinfraCOM para apresentar até o dia 8/8/2021 sua instrução de mérito, assim a unidade técnica justificou seu pleito (peça 220):

“No dia 7/7/2021, a Secretaria-Geral de Controle Externo participou de reunião administrativa no âmbito do TCU em que foram abordadas as expectativas quanto aos prazos para conclusão da fiscalização objeto destes autos, normatizada pela Instrução Normativa-TCU 81/2018 e pela Portaria-Segecex 17/2020. De acordo com a Segecex, os Ministros do TCU chegaram à conclusão de que, em função da relevância e da urgência relacionadas ao caso, esta Unidade Técnica deveria remeter proposta de mérito ao Relator em prazo especialmente célere, tendo como referência a data de 15/7/2021.

2. Anteriormente, esta secretaria previa a utilização, como referência, do prazo estabelecido pelo art. 9º, caput, da IN-TCU 81/2018, de até 75 dias

para que a Unidade Técnica encaminhe os autos ao Ministro-Relator com proposta de mérito, com contagem de prazo iniciada após o recebimento de toda a documentação necessária ao exame pelo TCU.

3. Os estudos técnicos da licitação foram encaminhados pela agência reguladora ao TCU em 19/3/2021 (peça 46). Porém, foram posteriormente alterados de forma significativa pela Anatel e reencaminhados ao Tribunal em 22/3/2021 (peças 51 a 53).

4. Ao analisar a completude da documentação encaminhada pela agência reguladora, constatou-se a ausência de documentos e informações essenciais para o exame do Tribunal. Foram apontadas oito expressivas incompletudes, de materialidade estimada em cerca de R\$ 28,4 bilhões, que acabaram impedindo o efetivo início da fiscalização na maior parte do escopo definido para o trabalho.

5. Em despacho de 7/5/2021 (peça 129), o Ministro-Relator manifestou-se de acordo com os apontamentos feitos por esta SeinfraCOM e informou a Anatel e o Ministério das Comunicações de que a contagem do prazo previsto no caput do art. 9º da IN-TCU 81/2018 somente teria início a partir do recebimento por este Tribunal de todas as informações mencionadas em seu despacho. A ausência de elementos essenciais, exigidos por norma, na documentação entregue em março ao TCU já havia sido comunicada à Anatel e ao Ministério em reuniões realizadas nos dias 22/4, 23/4, 3/5 e 4/5/2021.

*6. Em 25/6/2021, **49 dias após a expedição do despacho**, a Anatel remeteu ao TCU os documentos completos. Com a entrega da documentação, teve início a contagem formal do prazo de 75 dias estabelecido pela IN-TCU 81/2018, que poderia se estender até 11/9/2021. Diversas alterações foram feitas pela Anatel nos estudos de precificação das faixas de frequência e dos compromissos de investimentos, sendo que a lista encaminhada em anexo ao estudo da Anatel descreve 52 modificações. Parte dessas modificações é de alta relevância e de alto impacto para precificação dos ativos a serem licitados, tais como as modificações feitas em diversas premissas de receita e investimentos para a faixa de 3,5 GHz, a modificação da metodologia de cálculo dos compromissos associados a essa faixa e a inserção de estimativas de receita, investimentos e demanda associados ao serviço 5G para as faixas de 700 MHz e 2,3 GHz.*

7. Além disso, o código de programação que contém os cálculos para apuração da outorga de uso das faixas de frequências de 700 MHz, 2,3

GHz e 3,5 GHz, perfazendo valores próximos a R\$ 38 bilhões, finalmente foi encaminhado em versão final e auditável. O mesmo ocorreu em relação aos cálculos relativos à maior parte dos compromissos de investimentos, em um total de R\$ 31 bilhões.

8. Ou seja, apenas a partir do dia 25/6/2021 foi possível dar efetivo início à fiscalização na principal e maior parte do escopo definido. Isso não significa, por outro lado, que os demais pontos, que não foram objeto das incompletudes informadas e foram recebidos em versão final em 22/3, já não estivessem sendo objeto de exame pela equipe de fiscalização.

9. Desde o início dos trabalhos, diversas diligências e reuniões foram feitas junto aos gestores com vistas ao saneamento dos autos. Em junho, especificamente nos dias 22, 24 e 30/6, foram recebidas as mais recentes respostas a questionamentos formais encaminhados pelo TCU.

10. Cabe ressaltar que a fixação de um prazo excessivamente exíguo para a atuação desta Unidade Técnica comprometeria ou mesmo impossibilitaria a entrega de proposta de mérito ao Ministro-Relator. Não é demasiado ressaltar que o leilão para outorga de uso de radiofrequências objeto destes autos é o maior já realizado no país, envolve valores de dezenas de bilhões de reais em investimentos e diz respeito à implementação e à prestação, por pelo menos vinte anos, de serviços cruciais para o desenvolvimento do setor de telecomunicações e de outros setores da economia nacional.

11. A complexidade dos estudos é notória. São 67 lotes abrangendo quatro faixas de frequência diferentes, o que equivale, na prática, a quatro licitações independentes. O leilão do 5G deverá outorgar direitos de exploração valorados em cerca de R\$ 44 bilhões, associados a compromissos de investimentos na ordem de R\$ 37 bilhões, abrangendo os mais de 5,5 mil municípios do país. Além disso, os estudos e documentos jurídicos trazem pontos de alta relevância para o sucesso da licitação e dos futuros contratos, e que devem passar pelo escrutínio do TCU.

12. Ademais, os estudos entregues ao Tribunal englobam uma quantidade elevada de arquivos, sendo mais de trezentos documentos e outros 73 arquivos de códigos de programação, totalizando milhares de linhas de código, além de dezessete planilhas em MS Excel com vários dados e novos cálculos (difundidos em diversas abas desses arquivos), que contêm parâmetros de entrada inseridos nas linhas do código. Somam-se a isso as dezenas de arquivos enviados em resposta às diligências.

13. Tendo em vista a fase em que se encontram as análises, impende ressaltar que a utilização de prazos marginalmente ampliados em relação à data de referência, de 15/7/2021, permitiria uma ampliação substancial de escopo, qualidade e segurança nas opiniões emitidas. Assim, de um relatório descritivo e exclusivamente apropriado para elencar riscos associados ao processo, limite factível para a data de referência, seria possível agregar mais elementos a cada semana de dedicação intensiva, de forma que, com base em um esforço excepcional, seria possível obter uma análise conclusiva sobre os aspectos mais importantes dos estudos em poucas semanas (Anexo I).

14. Nesse contexto, e tendo em vista que a versão completa dos estudos só foi entregue no dia 25/6/2021, a atribuição de prazo inferior a 8/8/2021 tornaria inviável a emissão de proposta de mérito sobre os aspectos mais importantes dos estudos e do edital; notadamente, não seria possível, por exemplo, a análise conclusiva quanto aos estudos de precificação da faixa de 700 MHz, de 2,3 GHz ou de 3,5 GHz.

14. Diante do exposto, e em decorrência dos direcionamentos havidos em reunião administrativa ocorrida em 7/7/2021 e mencionada no início deste despacho, encaminho os autos à consideração superior pleiteando a fixação de prazo de encaminhamento não inferior a 8/8/2021, de forma a possibilitar que, mesmo que ocorra uma eventual redução de escopo em função da limitação de prazo, haja a emissão de proposta de mérito no âmbito da fiscalização em curso, de modo compatível com os requisitos demandados pelas disposições da IN-TCU 81/2018 e com a complexidade e materialidade da licitação.”

Anexo I – Entregas por data de referência

Tópico	15/jul	22/jul	30/jul	08/ago
1) VISÃO GERAL	Relatório apontando os riscos			
2) HISTÓRICO				
3) RISCOS				
3.1) Relevância do Edital				
3.2) Indícios detectados				
3.3) Riscos				
4) EXAME TÉCNICO				
A. PORTARIA DO MC				
A.1 Resumo sobre a elaboração da portaria em poucos parágrafos				
B. EDITAL DA ANATEL				
B.1 Resumo sobre a elaboração	Riscos		Riscos	R\$ 44 bi (mérito)
C. ANÁLISE DAS PREMISSAS E PRECIFICAÇÃO POR FAIXA 700 MHZ, 2,3 GHZ E 3,5 GHZ				
C.1 Aspectos semelhantes nos estudos das faixas e eventuais irregularidades / ilegalidades				
C.2. Faixa de 700 MHz				
C.3. Faixa de 2,3 GHz				
C.4. Faixa de 3,5 GHz				
D. ANÁLISE DA FAIXA DE 26 GHZ				
D.1 Resumo sobre a elaboração do estudo e as diligências				
D.2 Apontamento de eventuais ilegalidades / irregularidades e descumprimento da jurisprudência do TCU no estudo				
D.2 Apontamento de eventuais ilegalidades / irregularidades e descumprimento da jurisprudência do TCU no estudo				
F. DOS COMPROMISSOS DE ABRANGÊNCIA	Riscos			R\$ 30 bi (mérito)
F.1. Análise das escolhas e critérios e análise da precificação				
F.2. Localidades e municípios (Compromissos faixas 700MHz e 2,3 GHz)				
F.3. Rodovias (Compromissos faixa 700 MHz)				
F.4. Backhaul (Compromissos faixa 3,5 GHz)				
F.5. Release 16 (Compromissos faixa 3,5 GHz)				
F.6. Análise dos compromissos do edital com os outros compromissos já estabelecidos				
F.7. Resultado final dos compromissos				
G. DOS OUTROS COMPROMISSOS/EAF				
G.1. Limpeza da faixa e EAF				
G.1.1 Histórico da opção entre Migração versus mitigação	Riscos			R\$ 3 bi (mérito)
G.1.2 Resumo sobre pleito do satélite				
G.1.3 Resumo dos demais aspectos acerca da EAF				
G.2. Rede privativa e PAIS				
G.2.1 Contextualização				R\$ 2,5 bi (mérito)
G.2.3 Análise das oitivas				
H. OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS NÃO CONTEMPLADAS (EDUCAÇÃO)				
I. VALORES FINAIS				
4) COMENTÁRIOS DO GESTOR				
5) CONCLUSÃO				
6) PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO				

8. Consoante destacado pela unidade técnica, em 25/6/2021 a Anatel remeteu ao TCU os documentos completos e diversas alterações feitas pela agência reguladora nos estudos de precificação das faixas de frequência e dos compromissos de investimentos, sendo que a lista encaminhada em anexo ao estudo da Anatel descreve 52 modificações, motivos pelos quais solicita que o prazo para elaboração da instrução sobre o mérito do processo seja marcado, no mínimo, para 8/8/2021.

9. **Ante o exposto, acolho as propostas da SeinfraCOM (peças 216 a 218 e 220) para, com fulcro no art. 157 do RI/TCU:**

9.1. **Deferir** o pedido de vista das peças 139, 140 e 141 ao Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite, em observância ao princípio da motivação dos atos administrativos, bem como ao princípio do contraditório e ampla defesa;

9.2. **Indeferir** o pedido de vista de outros pronunciamentos emitidos pelo TCU neste processo, diante da vedação estabelecida no Despacho que proferi à peça 146 em 18/5/2021;



- 9.3. **Comunicar** ao requerente a prolação do presente Despacho; e
- 9.4. **Fixar** a data de 8/8/2021 para a SeinfraCOM enviar o pronunciamento de mérito dos presentes autos ao gabinete.
10. À SeinfraCOM.

Brasília, 14 de julho de 2021

(Assinado eletronicamente)

RAIMUNDO CARREIRO

Relator

Anexo II – Cronologia do TC 000.350/2021-4 no TCU

Data	Atividade	Órgão/Entidade	peça	Tema
11/12/2020	Criação do Grupo de Trabalho para avaliar aspectos do 5G	TCU	-	GT composto pelos Ministros Walton Alencar, Bruno Dantas e Vital do Rêgo
18/01/2021	Autuação do TC 000.3502/2021-4		1	Autuação do processo do tipo desestatização no TCU
04/02/2021	Diligência 1	MC	9	processo administrativo de elaboração da portaria de diretrizes para o leilão do 5G
19/02/2021	Resposta do MC à diligência 1	MC	14	Resposta do MC à diligência 1
05/03/2021	Diligência 2	MC	30	projetos, documentos e pareceres sobre a rede privada e da rede PAIS
05/03/2021	Diligência 3	Anatel	29	projetos, documentos e pareceres sobre a rede privada e da rede PAIS
12/03/2021	Respostas às diligências 2 e 3	MC e Anatel	34/35	Respostas às diligências 2 e 3
18/03/2021	Diligência 4	SOF / Min Economia	43	aspectos financeiros e orçamentários da rede privada e da rede PAIS
18/03/2021	Diligência 5	STN / Min Economia	43	aspectos financeiros e orçamentários da rede privada e da rede PAIS
18/03/2021	Diligência 6	SDI / Min Economia	43	aspectos financeiros e orçamentários da rede privada e da rede PAIS
19/03/2021	Recebimento do 1º estudo de precificação enviado pela Anatel		46	No dia útil seguinte, a Anatel enviou uma nova versão do estudo com diversas alterações e solicitou que essa versão fosse desconsiderada (peça 53, p. 3)
22/03/2021	Recebimento do 2º estudo de precificação enviado pela Anatel		51	Nesta versão foram detectadas oito incompletudes (peça 124)



25/03/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Anatel	-	Apresentação geral do estudo entregue em 22/3/2021
29/03/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Anatel	-	Discussão acerca da aplicação da linguagem Python para a precificação do Edital do 5G
08/04/2021	Respostas às diligências 4, 5 e 6	Min. Economia	103	Respostas às diligências 4, 5 e 6
8 e 9/4/2021	<u>Painel de Referência da Fiscalização do processo de licitação do 5G</u>	MC, Anatel, parlamentares, representantes das empresas operadoras e fabricantes etc.	144	Painel de Referência da Fiscalização do processo de licitação do 5G
14/04/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Ministério das Comunicações		Discussão acerca de pontos sobre a previsão em edital de implantação de Rede Privativa do Governo e rede do PAIS, e possíveis compromissos na área da Educação
20/04/2021	<i>Reunião área técnica</i>	SindSat		Questões atinentes aos documentos apresentados junto ao pedido de ingresso como interessado ou amicus curiae do processo do 5G, incluindo as previsões de ressarcimento das empresas de satélite no edital do 5G
22/04/2021	<i>Reunião gabinete(s) TCU e área técnica</i>	Anatel Ministério Público junto ao TCU		Discussão sobre apontamentos em oitiva realizada por meio dos Ofícios 20558/2021-TCU/Seproc e 20557/2021-TCU/Seproc. Apresentação das incompletudes detectadas.
23/04/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Ministério das Comunicações		Discussão sobre apontamentos em oitiva realizada por meio dos Ofícios 20558/2021-TCU/Seproc e



				20557/2021-TCU/Seproc. Apresentação das incompletudes detectadas.
28/04/2021	Oitiva 1	Anatel	119	possíveis ilegalidades na rede privativa e no país, com materialidade estimada em R\$ 3,15 bilhões à época, e risco de danos ao erário da ordem de, no mínimo, R\$ 650 milhões
28/04/2021	Oitiva 2	MC	121	possíveis ilegalidades na rede privativa e no país, com materialidade estimada em R\$ 3,15 bilhões à época, e risco de danos ao erário da ordem de, no mínimo, R\$ 650 milhões
03/05/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Anatel		Discussão sobre apontamentos em oitiva realizada por meio dos Ofícios 20558/2021-TCU/Seproc e 20557/2021-TCU/Seproc. Apresentação das incompletudes detectadas em relação ao código Python.
04/05/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Ministério das Comunicações		Discussão sobre apontamentos em oitiva realizada por meio dos Ofícios 20558/2021-TCU/Seproc e 20557/2021-TCU/Seproc. Apresentação das incompletudes detectadas em relação ao código Python.
<u>07/05/2021</u>	<u>Despacho do Min. Relator sobre as incompletudes</u>	Anatel e MC	129	Oito incompletudes que impediam a UT de opinar sobre a precificação, com materialidade estimada



				em, no mínimo, R\$ 28,4 bilhões
08/05/2021	Diligência 7	Anatel	130	Lacunas nos estudos de 3,5 GHz, 700 MHz, 2,3 GHz e 26 GHz, na limpeza da faixa de 3,5 GHz e no texto da minuta do edital e seus anexos
08/05/2021	Notificação das incompletudes 1	Anatel	130	Oito incompletudes que impediam a UT de opinar sobre a precificação, com materialidade estimada em, no mínimo, R\$ 28,4 bilhões
10/05/2021	Notificação das incompletudes 2	MC	132	Oito incompletudes que impediam a UT de opinar sobre a precificação, com materialidade estimada em, no mínimo, R\$ 28,4 bilhões
11/05/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Anatel		Discussão sobre a incompletude a.8 (problemas na codificação Python)
12/05/2021	<i>Reunião gabinete(s) TCU e área técnica</i>	Empresa TIM		Debate sobre aspectos do mercado do 5G e do certame da Anatel
13/05/2021	Respostas às oitivas 1 e 2	MC e Anatel	137/142	Respostas às oitivas 1 e 2
14/05/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Fundação Lemann		Discussão sobre o projeto da Bancada da Educação na Câmara dos Deputados sobre a conectividade nas escolas públicas por meio do edital do 5G
19/05/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Anatel		Discussão sobre pontos atrelados às cláusulas e à redação da minuta de edital
31/05/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Anatel		Discussão sobre pontos atrelados às cláusulas e à modelagem de precificação da faixa de 26 GHz

<u>07/06/2021 a 11/06/2021</u>	<u>Missão 5G - Reuniões gabinete(s) TCU e área técnica</u>	MC, Anatel, Senado, Min. da Defesa, GSI Abin etc.		Viagem aos EUA (Missão 5G)
07/06/2021	Diligência 8	Anatel	176	inconsistências e dúvidas sobre os estudos de 3,5 GHz, 700 MHz e 2,3 GHz
07/06/2021	Diligência 9	MC	180	Portaria de diretrizes do 5G
09/06/2021	Diligência 10	Anatel	183	estudo do 26 GHz, limpeza da faixa de 3,5 GHz e texto da minuta do edital e seus anexos
09/06/2021	<i>Reunião área técnica</i>	SindSat		Questões atinentes aos documentos apresentados como <i>amicus curiae</i> do processo do 5G, incluindo as previsões de ressarcimento das empresas de satélite no edital do 5G
09/06/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Anatel		Discussão sobre pontos atrelados às cláusulas e à diligência (Ofício 29464/2021-TCU/Seprac) e Ressarcimento das Empresas de Satélite
16/06/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Abrint		Debate sobre aspectos do mercado do 5G e do certame da Anatel
<u>17/06/2021</u>	<u>Painel interno de Fiscalização do processo de licitação do 5G</u>	ABIN, Telebras Ministerio da Defesa, MC, ME, AGU, Anatel, GSI etc.	207	Debate sobre aspectos atrelados aos compromissos editalícios de construção de Rede Privativa para o Governo e rede PAIS
18/06/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Empresa Brisanet		Debate sobre aspectos do mercado do 5G e do certame da Anatel
22/06/2021	Resposta à diligência 8	Anatel	188	Resposta à diligência 8
24/06/2021	<i>Reunião área técnica</i>	Anatel		Discussão sobre pendências e previsão de respostas às diligências e de entrega de estudo completo pela Anatel



24/06/2021	Resposta à diligência 10	Anatel	190	Resposta à diligência 10
25/06/2021*	Recebimento do 3º estudo de precificação enviado pela Anatel	N/A	202	Versão do estudo enviada pela Anatel visando sanear as oito incompletudes apontadas pela UT e que também contém outras alterações na precificação das faixas
30/06/2021	Resposta à diligência 9	MC	206	Resposta à diligência 9
06/07/2021	<i>Audiência Virtual com o Gabinete do relator</i>	TCE-RS, IRB etc.		Debate sobre Conectividade das escolas, por meio da inclusão, no Edital de Implementação da Tecnologia 5G, de contrapartidas relacionadas a obrigações de prover conexões de fibra ótica às escolas públicas de educação básica
06/07/2021	<i>Reunião gabinete(s) TCU e área técnica</i>	Empresa Vivo		Debate sobre aspectos do mercado do 5G e do certame da Anatel
06/07/2021	<i>Reunião gabinete(s) TCU e área técnica</i>	Empresa Claro		Debate sobre aspectos do mercado do 5G e do certame da Anatel

*A entrega de documentos em 25/6 saneia as incompletudes detectadas nos estudos que haviam sido entregues em março e contém alterações efetuadas pela Anatel. Com isso, teve início em 28/6 a contagem de prazos estabelecida pela IN-TCU 81/2018. A norma estabelece o prazo de 75 dias (ou seja, até 11/9) para a conclusão dos trabalhos da Unidade Técnica. Contudo, em razão da antecipação de diversas análises e diligências, a SeinfraCOM utilizará prazo menor do que esse para a conclusão do relatório.